



Grupo Interinstitucional Queixa Escolar

GIQE



Reflexões e proposições construídas no Evento on-line do GIQE:

QUEIXAS ESCOLARES E ATUAÇÃO DAS/OS PSICÓLOGAS/OS EM TEMPOS DE PANDEMIA: VAMOS CONSTRUIR PARÂMETROS?



Apoio ao Evento



ABRAPEE

Concepção, organização e realização dos Encontros: coletivo do GIQE.

Encontro 1: Psicoterapia e os atendimentos às queixas escolares durante a pandemia

Abertura: **João Ricardo T. L. de Souza**

Mediação: **Beatriz de Paula Souza**

Encerramento: **Mauro Mathias Jr.**

Mediação dos grupos

Mauro Mathias Jr.

Beatriz de Paula Souza

Daniel de A. B. Van Ham

Edmilson de Carvalho da Silva

Iara Susi M. Silva

Roxana Menezes

Relatoria dos grupos

André Perussi Salina

Alexandra Mari Ito

Beatriz Mazzolini

Elisana M. Machado de Souza

Alacir V. V. Cruces

Encontro 2: Atuação institucional e as queixas escolares durante a pandemia

Abertura: **Thais Helena Bannwart de Araújo**

Mediação: **Daniela Ribeiro Stort**

Encerramento: **Beatriz de Paula Souza**

Mediação dos grupos

Mauro Mathias Jr.

Beatriz de Paula Souza

Beatriz Mazzolini

Iara Susi M. Silva

João Ricardo T. L. de Souza

Relatoria dos grupos

André Perussi Salina

Alexandra Mari Ito

Daniel A. B. Van Ham

Elisana M. Machado de Souza

Maria Rozinete Gonçalves

Edmilson de Carvalho da Silva

Autoria da Carta

Beatriz de Paula Souza

João Ricardo T. L. de Souza

Mauro Mathias Jr

Victor Alexandre Ferreira de Almeida

Revisão

Elisana M. Machado de Souza

Lilian Suzuki

Apoio ao Evento

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-SP

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional - ABRAPEE

*Faz escuro mas eu canto,
porque a manhã vai chegar.
Vem ver comigo, companheiro,
a cor do mundo mudar.*

Thiago de Mello

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1. Caracterização do contexto da pandemia no tema das queixas escolares	7
1.1. Educadoras.....	8
1.2. Famílias.....	9
1.3. Estudantes	9
1.4. Psicólogas	11
2. Atuação da Psicologia frente às queixas escolares durante a pandemia	12
2.1. Princípios e práticas da Psicologia que se revelaram úteis na pandemia.....	12
2.2. Atuações clínicas frente às queixas escolares na pandemia	16
2.3. Atuações institucionais frente às queixas escolares na pandemia	17
3. Propostas	21
3.1. Propostas para a categoria e para o Sistema Conselhos.....	22
3.2. Propostas para a Educação.....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
O que os Encontros revelaram?	25
Reflexões sobre o futuro	26
ANEXO	28

APRESENTAÇÃO

O Grupo Interinstitucional Queixa Escolar – GIQE – é um coletivo de psicólogas de inserções diversas (Educação, Saúde, Assistência Social, Ensino Superior e outras) e estudantes de Psicologia. Dedicamos-nos a estudar, pensar e divulgar modos de atuação da categoria frente às dificuldades e sofrimentos da vida escolar em uma perspectiva crítica, que entende o ser e o acontecer humano como singulares, porém constituídos no seio de grupos e instituições que guardam relações de poder. Assim, a escola e seus funcionamentos são indissociáveis da produção das queixas escolares.

Esta consciência da natureza social das queixas escolares e o propósito de contribuir para seu enfrentamento faz com que o GIQE seja, também, um grupo de ativismo. Desta maneira, tem trabalhado em prol da construção de políticas públicas que promovam uma Educação integral e de qualidade para todas, todos e todes.

A pandemia de Covid-19 e as imensas mudanças que ocasionou na Educação, nas vidas e nas subjetividades trouxeram novas questões, temáticas inesperadas e imensos desafios à Psicologia que se dedica aos processos de escolarização. Esta crise se agravou exponencialmente por ocorrer em um período no qual o país submergiu em um governo negacionista em relação à ciência e que trabalhou ativamente pelo espalhamento generalizado do vírus, com notícias falsas e atitudes que favoreceram o contágio. Além disso, atrasou e desacreditou a vacinação, prejudicando principalmente as camadas mais empobrecidas da população. Assim, entre outros efeitos, prolongou a necessidade dos ensinos à distância e híbrido e disseminou o luto nas comunidades escolares, principalmente as do ensino público.

Antes da pandemia o GIQE vinha, há cerca de seis dos seus dezessete anos de existência, abraçando, desenvolvendo, divulgando e atuando em prol da ampliação do contato com o ar livre e a natureza, na escola e na vida. Partíamos da constatação do dramático e danoso grau de confinamento do modo de vida contemporâneo urbano - a que chamamos “vida entre quatro paredes” - que atingia principalmente as crianças. Tínhamos clareza sobre a grande potencialidade e a necessidade desse contato, para uma Educação propícia ao desenvolvimento integral de seus participantes.

Repentinamente e na contramão do movimento em torno destas questões que estávamos fazendo, a pandemia nos impôs o confinamento mais radical possível como meio de ficarmos vivos. A atuação das psicólogas por meio remoto/on-line, tornou-se uma necessidade e revelou potencialidades e limitações. O processo de descoberta de

novos modos de viver e trabalhar, no período em que aconteceram os dois Encontros que compuseram o evento, estava em pleno curso e foi possível impulsioná-lo por meio das ricas discussões em pequenos grupos, seguidas de painéis das sínteses de cada um, as quais permitiram também a circulação de experiências.

No entanto, as novas questões, temas e instrumentos que discutimos conviveram com certezas que havíamos construído previamente. Uma delas é acerca da importância crucial de fortalecer, criar e divulgar práticas em Psicologia e em Educação que proporcionem experiências capazes de promover a consciência de que somos seres de natureza, parte indissociável da biosfera planetária. Assim, ao vivermos quase sempre entre quatro paredes e afastados de ambientes abertos e verdes, o que é especialmente dramático no caso das crianças urbanas, estamos nos afastando de nós mesmos. Este modo de viver e estudar tem produzido sofrimentos e adoecimentos que não têm sido compreendidos e que são, frequentemente, medicalizados.

Por exemplo: o GIQE vinha há anos discutindo como são frequentes os diagnósticos -e tratamentos- de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade serem dados a crianças que têm uma vida dentro e fora da escola em que quase não têm oportunidade de estar ao ar livre e em contato com a natureza como precisam para seu desenvolvimento saudável e feliz. São estudantes que não conseguem ficar parados e prestando atenção na classe porque lutam por sua saúde, embora geralmente não percebam, conscientemente, as razões de seu comportamento desadaptado às expectativas de professoras e pais.

A necessidade de distanciamento social lançou-nos ao mundo das comunicações e trabalhos on-line de uma maneira sem precedentes. Este fato possibilitou, a muitos de nós, a descoberta de recursos e experiências potentes nessa modalidade, que podem ser utilizados para ampliar nosso leque de modos e instrumentos de trabalho para além das circunstâncias pandêmicas sem ferir nossos princípios. Ademais, é provável que trabalhos remotos tenham conquistado espaços de modo irreversível, então precisamos ocupá-los, de modo competente e crítico.

Diante das demandas de atuação da Psicologia no enfrentamento às queixas escolares neste contexto, o GIQE organizou um evento on-line aberto, com o objetivo de construir coletivamente parâmetros e instrumental técnico na área, que também servissem como pontos programáticos para o próprio grupo. Este evento foi dividido em dois Encontros: um voltado às práticas de atendimento psicológico clínico e outro às práticas institucionais, respectivamente, em 19 de junho e 16 de outubro de 2021 e contou com a

participação de cerca de duzentas profissionais. Esta Carta foi elaborada a partir destes dois Encontros, como uma síntese dos saberes e reflexões construídos pelos participantes, mediados pelo GIQE, com suas posições e princípios. As informações que virão a seguir, desde a caracterização do contexto da pandemia até as propostas de atuação da Psicologia no enfrentamento das queixas escolares em contexto pandêmico, registram, sistematizam e refletem sobre os relatos, propostas e discussões realizadas entre os que participaram destes Encontros e que puderam compartilhar das suas vivências e experiências.

1. Caracterização do contexto da pandemia no tema das queixas escolares

Partindo das discussões realizadas nos Encontros, percebemos que a pandemia e seus desdobramentos, como a escolarização à distância, o confinamento, o aprofundamento das diferenças sociais, os adoecimentos e mortes por Covid-19 e o aumento da fome nas camadas populares, trouxeram um agravamento de dificuldades e sofrimentos no âmbito da vida escolar que já existiam antes. Também trouxeram temáticas novas e descobertas de novas e interessantes possibilidades.

Ansiedade, depressão e desânimo, entre outras formas de sofrimento, ampliaram-se na comunidade escolar e na sociedade. Vulnerabilidades, como a básica insegurança alimentar, também. Porém, na pandemia tornou-se mais evidente uma característica que é fundamental considerar, para bem compreender e lidar com elas: são de caráter coletivo pois são produzidas socialmente e constituem uma tragédia compartilhada.

Os relatos que surgiram nos Encontros indicaram que frequentemente isto não tem sido levado em conta ao emergirem queixas escolares, acarretando um aumento de processos de medicalização. Ou seja, embora estejam mais visíveis os fenômenos sociais e de saúde pública que produzem essas dificuldades e sofrimentos, ainda tem sido comum atribuir a causa de problemas na vida escolar (e outros) decorrentes da circunstância pandêmica, a doenças e transtornos mentais e de aprendizagem de caráter individual de estudantes, professoras e outros participantes da comunidade escolar.

Entre as novas temáticas, o luto emergiu como questão frequente e relevante no cotidiano das escolas. Ocupou um amplo espaço principalmente no primeiro Encontro, em 19 de junho de 2021, quando a média de mortes diárias por Covid-19 ultrapassava a marca de 2.000, tendo atingido, dois meses antes, mais de 3.000 – foi o período mais letal da pandemia no Brasil, até o momento.

Surgiram de modo preocupante discriminações e desqualificações dos excluídos digitais, juntamente com a ampliação desse grupo, que já era grande, durante a pandemia¹. Por outro lado, a pressão pelo uso maior de tecnologia de informação (TI) trazida pelo

¹ Segundo o site da Rede Brasil Atual, “pesquisa sobre uso da internet durante a pandemia, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, aponta que em 2020 o telefone celular foi o principal dispositivo usado para acompanhar as aulas e atividades remotas, sobretudo nas classes D e E, somando 54% deste segmento da população. Desse total, 36% tiveram dificuldades para acompanhar as aulas por falta ou baixa qualidade da conexão à internet, o que evidencia um cenário de exclusão digital no país”. Fonte:

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/04/exclusao-digital-no-brasil-se-agravou-durante-a-pandemia/>. Acesso em 4 de fevereiro de 2022

ensino remoto possibilitou que professoras e pais/responsáveis muitas vezes se aproximassem mais e que muitas professoras compreendessem melhor as condições e modos de vida de seus estudantes. As famílias frequentemente ampliaram seu espaço e voz na escolarização de seus filhos. Em todos os segmentos da comunidade escolar aconteceram descobertas de recursos para propiciar aprendizagem e experiências formativas e fortalecedoras.

Como aspectos específicos de diferentes atores da cena escolar temos:

1.1. Educadoras

Surgiram muitos relatos de intenso sofrimento e adoecimento psíquico entre professoras e gestoras da Educação, descritas como “em frangalhos”. Esta categoria já vinha se destacando no campo da necessidade de cuidados psicológicos antes da pandemia. Porém, ao longo dessa crise sanitária, vários acontecimentos e funcionamentos concorreram para aprofundá-la.

A imposição circunstancial de habilitarem-se em tecnologias para o ensino à distância foi estressante para os muitos que não tinham equipamentos adequados, domínio e/ou gosto. O ensino híbrido é de manejo complicado, estressando mais ainda do que o on-line. Surgiu uma série de programas e exigências dos órgãos centrais que ampliaram a sobrecarga de trabalho com procedimentos que foram sentidos por várias educadoras como burocráticos e por isso foram apelidados de “tarefômetro”. Muitas entendem que há uma exigência excessiva e inexecutável, por parte das instâncias superiores, de que consigam oferecer uma certa carga de conteúdos pedagógicos, além de elaborar relatórios e fazer outros registros.

Professoras desdobraram-se em invenções e dedicação a manter a aprendizagem escolar e o vínculo com seus estudantes, criando estratégias de expressão de sentimentos e necessidades e, reiteradamente, a busca ativa. Esse esforço gerou grande frustração e sentimento de impotência, pois foi comum não conseguirem, mesmo assim, acesso a mais do que 10% de seus estudantes. Viram um grande número deles abandonarem a escola e as buscas ativas por eles serem frequentemente em vão. Afligiram-se percebendo que muitos precisaram ir trabalhar para enfrentar dificuldades financeiras familiares extremas, bem como o aumento da incidência de gravidez.

As professoras de Ensino Infantil enfrentaram dificuldades específicas de seu nível de ensino, devido às características da faixa etária de seus estudantes, que são especialmente refratárias/os ao trabalho remoto.

A reconstrução do vínculo dos estudantes com a escola é um grande desafio a ser enfrentado pelas educadoras na volta às aulas presenciais. A valorização do cuidado com o mundo emocional ganhou espaço diante desta necessidade e, assim, falou-se muito a palavra "acolhimento".

1.2. Famílias

Pais e responsáveis por estudantes viram-se em situações difíceis e de grande desamparo. Muitos, principalmente nas camadas populares, enfrentaram desemprego, fome e endividamento para comprar recursos tecnológicos, pois se tornaram muito mais necessários que antes, para si e para seus filhos estudarem - e também mais caros.

As instituições sociais com que contavam para educar e cuidar de seus filhos, principalmente as escolas, mas também as de Saúde e outras, fecharam ou funcionaram de modo precário e intermitente na pandemia. Esta situação foi especialmente cruel com os que tinham filhos com deficiência.

O ensino remoto fez com que pais/responsáveis fossem levados a participar do esforço de escolarização de seus filhos de um modo sem precedentes, sendo que frequentemente não sabiam ou não podiam corresponder ao que a escola exigia que fizessem. Por outro lado, isso lhes trouxe maior consciência da complexidade da função das professoras, o que abriu espaço para maior valorização do trabalho docente e, assim, uma relação melhor entre pais/responsáveis e educadoras.

O peso da responsabilidade de manter o vínculo com a escola e a aprendizagem escolar de seus filhos em tempos de ensino remoto, tão desmotivador para muitos estudantes, foi duramente sentido pelos pais/responsáveis. Esse fato gerou conflitos e violência doméstica.

1.3. Estudantes

Foi recorrente a grande ampliação de crises de ansiedade, depressão, automutilações, ideações suicidas, suicídios e outras formas de sofrimento entre estudantes. Violências e violações de direitos, também. A evasão escolar, problema pré-existente, aumentou exponencialmente.

Como citado anteriormente, emergiram os “novos burros”: aqueles que não adquiriram domínio dos recursos tecnológicos da informática, habilidade que se tornou uma exigência na vida diária escolar e fora dela, em tempos de pandemia. Neste grupo, temos o contingente imenso dos excluídos digitais por falta de oportunidade de acesso a

tecnologias de informação e comunicação (TICs) devido a dificuldades econômicas. Há ainda os que não têm facilidade e/ou gosto pela vida on-line.

Um grupo significativo não teve meios de acesso (equipamento e/ou sinal) às aulas remotas e, com isso, surgiram grandes defasagens de aprendizagem escolar. Estas também atingiram, embora menos, os que não tiveram essa barreira, devido ao ensino remoto ou híbrido ter geralmente sido desinteressante e desestimulante para os estudantes, apesar dos imensos esforços do professorado em reinventar-se.

A fragilização e a ruptura de vínculo com a escola foi tal que muitas professoras relataram trabalhar com apenas 10% de seus estudantes, como dito antes. Pesquisa da CONJUVE de 2021² encontrou que 48% dos jovens³ abandonaram os estudos ao longo do 1º semestre de 2021. Ainda segundo essa pesquisa, a necessidade de trabalhar para ajudar a manter a família e o aumento da incidência de gravidez foram causas importantes desse abandono (CONJUVE, 2021), concordando com falas das educadoras trazidas.

Estas situações, assim como as defasagens pedagógicas e alterações de comportamento devidas a sofrimentos pandêmicos, foram e continuam sendo medicalizadas de maneira avassaladora. Crianças e adolescentes têm chegado às psicólogas frequentemente "diagnosticadas" nesse viés.

Na volta ao ensino presencial, a marca da ampliação da vida virtual está presente: apresentam dificuldades para se afastarem do celular e se acostumarem à lousa e aos cadernos. Considerando o caráter transformador da pandemia e a necessidade de superar imensos problemas que já vinham de antes, esta é uma boa hora, então, da escola mudar suas práticas e instrumentos pré-pandêmicos, ao invés de tentar voltar ao que era. As participantes dos Encontros foram contrárias a uma aceitação acrítica e passiva da ampliação do uso constante do celular no ensino, mas o fato dele ter acontecido sinaliza a ocorrência de mudanças nas subjetividades e relações, que pedem um ensino diferente. Uma vez que fazer diferente na escola é necessário, que aconteça buscando a superação de dificuldades anteriores à pandemia.

² CONJUVE - CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE. Pesquisa *Juventudes e a Pandemia do Coronavírus*. CONJUVE, Fundação Roberto Marinho, Rede Conhecimento Social, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Em Movimento, Visão Mundial, Mapa Educação e Porvir. 2ª edição - 2021. Disponível em:

<<https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>>. Acesso em: 6 dez. 2021.

³ Foi considerada a faixa etária de 14 a 29 anos, a fim de abarcar estudantes de Ensino Médio e Superior.

1.4. Psicólogas

A pandemia e os imensos sofrimentos e dificuldades que acarretou no âmbito da Educação produziram um aumento da demanda às psicólogas. Entre as que trabalhavam nos sistemas de ensino públicos, o número reduzido de profissionais - um problema pré-pandêmico - intensificou-se.

Alguns exemplos (comuns) desta carência: a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul tem apenas 4 psicólogas; no município de Mogi das Cruzes - SP cada psicóloga é responsável por 30 escolas. Embora nos posicionemos contra a falta e a insuficiência de psicólogas, ponderamos que a perspectiva crítica e antimédicalizante é essencial na ampliação desta presença, caso contrário o aumento no número dessas profissionais no Ensino será danoso.

O número reduzido de profissionais em face ao número de escolas e estudantes a serem atendidos, bastante comum, levou a uma intensificação de estratégias de trabalho de largo alcance, tais como a participação na gestão de políticas públicas em Educação na pandemia e na elaboração de diretrizes e materiais de orientação. Outros exemplos: foram ministrados cursos de formação de educadoras e realizados grupos de acolhimento com gestores e professoras. No entanto, a sobrecarga de trabalho e os adoecimentos das educadoras dificultou muitas vezes a adesão destas a propostas de psicólogas.

A necessidade e a pressão por atuações de largo alcance, ou seja, de dimensões mais macrossistêmicas, conviveu com a demanda por atendimentos clínicos individuais, de estudantes, educadoras e gestores. A gravidade dos sofrimentos das comunidades escolares sem possibilidades de acolhimento imediato por sistemas de Saúde Mental, carentes de recursos, gerou uma demanda por atuações de psicólogas escolares como clínicas. Estas situações criaram-lhes questionamentos sobre os contornos de seu papel em um contexto de crise como este. Isto foi especialmente dramático nos casos de estudantes com deficiências e suas famílias. A avassaladora medicalização das dificuldades que a pandemia gerou - enfrentadas principalmente por estudantes, na comunidade escolar - afligiu as psicólogas institucionais críticas a ela.

Psicólogas foram demandadas, na atuação institucional e na clínica das queixas escolares, a estarem atentas e sensíveis às singularidades das angústias, dos desânimos e de novos sofrimentos e relações deste período inusitado. A natureza coletiva de sua gênese evidenciou a grande potência dos procedimentos em grupo especialmente em situações de dramas compartilhados, como é o caso da pandemia e suas decorrências.

A importância da atuação em redes intersetoriais, multidisciplinares e interinstitucionais também se evidenciou. As psicólogas sentiram falta de ter mais acesso aos conhecimentos que a Psicologia das Emergências e Desastres tem desenvolvido, levantando questões sobre a relevância desta área, ainda pouco conhecida, na sua formação.

Esperemos que a ocupação de lugares de maior poder pelas psicólogas nas redes de ensino, como na gestão de políticas públicas em Educação, e a ampliação do uso de recursos como grupos e redes, iniciadas ou intensificadas neste período de crise, se fortaleçam e permaneçam para além dele. E que a necessidade de mais psicólogas nas redes de ensino básico, inseridas em equipes multidisciplinares como as previstas na lei federal 13.935/19, fique muito evidente e seja prontamente implementada em todo o país.

2. Atuação da Psicologia frente às queixas escolares durante a pandemia

2.1. Princípios e práticas da Psicologia que se revelaram úteis na pandemia

Nos momentos de troca e elaboração de parâmetros, emergiram preceitos que transcendem as singularidades da situação pandêmica. São aspectos que já se constituíam fundamentos de nossas práticas desde antes da pandemia e que, nesse período, mostraram seu acerto e potência, pois continuaram sendo ou se tornaram ainda mais necessários.

Princípios

O posicionamento diante das queixas escolares durante a pandemia orientou-se por uma compreensão crítica, historicizada e humanizada, sobre a relação dos sujeitos (estudantes e suas famílias, professoras, gestoras e outros membros da comunidade escolar) com a realidade escolar e social. Isso implicou em ações que buscaram ser pautadas na noção de que os sujeitos estão em constante transformação.

A suposição ou imposição da imutabilidade dos sujeitos os mantém em situações desumanas, culpando-os por sua própria situação, em prol da perpetuação da desigualdade social, inerente ao modo de produção capitalista. Afirmar a possibilidade de transformação abre espaço para a atuação e nos traz a responsabilidade de contribuir para que as mudanças caminhem no sentido da garantia do direito à Educação e de outros direitos sociais, da humanização dos sujeitos por meio do acesso crítico aos

conhecimentos escolares e de sua inserção em uma rede de relações favorecedora de desenvolvimento.

Evidenciou-se que a superação dos desafios encontrados nos processos de escolarização depende de ações coletivas, articuladas, que envolvam e sejam reconhecidas das necessidades e potencialidades de cada um dos agentes da comunidade escolar, sempre tendo em vista o compromisso de que a escola possa cumprir com a sua função social para com os estudantes.

Emergiram trabalhos que procuram fortalecer os estudantes, partindo da concepção de que é fundamental que sejam também atuantes nesses processos. Ressaltam a necessidade de entendê-los como sujeitos ativos, cujo papel não pode ser esperar dos demais as decisões sobre o seu processo de escolarização, mas sim fazer parte da construção coletiva das possibilidades de enfrentamento dos problemas nesse percurso. Isto envolve o reconhecimento de suas necessidades, conhecimentos e experiências prévias. Esse reconhecimento, aliado ao entendimento do modo de contágio do coronavírus, fortalece a defesa insistente da importância de que atividades e brincadeiras possam acontecer ao ar livre, em contato com a natureza, seja em contexto escolar ou de atendimento psicológico.

Em um contexto como o que vivemos, de sofrimentos e dificuldades de origem sistêmica na vida escolar, que atingiram tão duramente a comunidade das escolas, segue mostrando-se necessária a atenção para não cair na lógica individualizante. Assim, também no contexto pandêmico tem sido importante a preocupação em considerar, entender e enfrentar problemas como o racismo, o machismo, a LGBTQIA+fobia, as situações de luto decorrentes da pandemia, entre outras questões que constituem o cotidiano escolar e fazem parte da rede complexa de determinações que têm produzido as questões com as quais as psicólogas têm trabalhado, na interface com a Educação.

Práticas

Emergiram, nos Encontros, relatos de diversas práticas que têm os princípios elencados acima como fundamento. Foram trazidos modos de atuar que se contrapunham à medicalização ou a outros processos que procurassem apenas no sujeito, individualmente, questões causadoras dos problemas de escolarização. Surgiram fazeres contrários àqueles voltados a adaptar estudantes a processos escolares que negavam seu direito à Educação e a lidar com educadoras como executoras assujeitadas de políticas públicas.

Muitas vezes, professoras puderam se beneficiar de processos terapêuticos individuais, mas que consideraram a dimensão ético-política e coletiva dos sofrimentos trazidos. Portanto, foram atendimentos que procuraram contribuir para a superação dos funcionamentos escolares e sociais produtores de sofrimentos e problemas de escolarização também em tempos de pandemia.

O caráter coletivo das dificuldades, especialmente evidente na situação pandêmica, fortaleceu a necessidade de atuarmos junto à e na gestão em Educação, participando e integrando suas instâncias centrais e decisórias. Ao se colocarem ao lado das equipes escolares para enfrentar coletivamente os problemas de escolarização e outros que atingiram a comunidade das escolas, muitos dos participantes relataram condições, mas também a responsabilidade, de participar da construção, implementação, orientação e acompanhamento de políticas públicas e diretrizes e da elaboração de materiais de orientação. Lutaram junto a professoras pela formulação e oficialização de propostas que vinham ao encontro das necessidades do cotidiano escolar. Nas disputas contínuas pela agenda da Educação, procuraram fazer frente ao sucateamento planejado da Educação pública e ir contra as forças hegemônicas produtoras de exclusão escolar e social.

O reconhecimento das necessidades, dos desafios vividos na escola e o estabelecimento de um vínculo com a comunidade escolar pôde ser favorecido pela construção de espaços coletivos de expressão, acolhimento, escuta e reflexão. Os trabalhos em grupo, especialmente nesse cenário, revelaram sua potência. Esses lugares de troca e de parceria entre os diversos agentes desse universo para o enfrentamento das barreiras mostraram-se capazes de favorecer significativamente a superação da culpabilização individual dos sujeitos e dos desdobramentos dessa postura, como a medicalização.

Mais do que cuidar de sofrimentos de ordem coletiva – como aqueles produzidos pela pandemia – e compreender criticamente os processos determinantes das queixas escolares, a escuta também tem dado condições de contribuir para o fortalecimento dos espaços de formação docente e de planejamento de ações conjuntas de acordo com a singularidade de cada território e comunidade escolar. Assim, muitos dos participantes dos Encontros puderam trazer cada vez mais aliados e participar do fortalecimento de redes que se formaram ou mobilizam em prol da universalização da garantia do direito à Educação - e também do direito à vida, diante do agravamento de acesso a condições básicas de sobrevivência que a pandemia e a necropolítica produziram. Assim, relataram por exemplo participações em ações de educadores e pais das comunidades com as quais

trabalham, para tentar garantir alimentação básica a quem não tinha. Mas para além de nos aliarmos à comunidade das escolas, tem sido essencial a busca de parcerias e articulações em rede com equipamentos de proteção social da região, de áreas como saúde, assistência social e cultura, como aconteceu.

Precisamos sim nos fortalecer dentro de nosso campo de conhecimento e de atuação – como fizemos por meio dos Encontros que originaram os parâmetros aqui expressos –, mas tem se mostrado potente, também, nos inserirmos no território e nas comunidades, nos colocando ao lado de outros sujeitos nos esforços coletivos de fortalecimento da Educação escolar e da construção de uma sociedade mais justa/menos desigual e emancipadora, especialmente nesse contexto de política de extermínio daqueles que já sofriam com a exclusão social antes mesmo da pandemia. O trabalho em rede tem se feito ainda mais importante como forma de ação coletiva para o enfrentamento dos impactos pandêmicos, potencializados por este contexto político.

A atuação contrária à psicologização, à medicalização e à culpabilização individual dos sujeitos por sua própria condição tem também nos possibilitado posicionamentos contra a emissão de laudos e outros documentos psicológicos cuja finalidade não é a garantia do direito à Educação.

Entendendo a queixa escolar em sua complexidade, temos alcançado condições de registrar, nestes documentos, uma compreensão compatível com esta compreensão. E, mesmo, de propor movimentos coletivos no sentido da superação dos desafios de escolarização, contemplando inclusive as singularidades do contexto pandêmico.

Os participantes relataram, no entanto, ser frequente a necessidade de enfrentar pressões em contrário e exigências de instâncias superiores. Diante da permanente demanda de um olhar medicalizante, mostrou-se urgente cuidar, entre outras práticas, da construção desses documentos. Isso envolve a revisão dos processos formativos de psicólogas.

Os Encontros revelaram que todo esse conjunto de princípios e práticas, o qual antecede a pandemia, tem se mostrado fundamental para atuarmos, também nesse contexto, da maneira que defendemos, contribuindo com movimentos na direção do que desejamos para a nossa profissão, para a Educação e a sociedade como um todo. Nesse sentido, tem possibilitado que nos posicionemos cotidianamente como agentes da contra-hegemonia, em defesa da emancipação humana e política.

2.2. Atuações clínicas frente às queixas escolares na pandemia

O primeiro Encontro, realizado no dia 19 de junho de 2021, foi dedicado a discutir as possibilidades de intervenção clínica no atendimento às queixas escolares. Desde bem antes da pandemia, uma das grandes preocupações do GIQE sempre foi a maneira com a qual psicólogas clínicas recebiam e atendiam crianças encaminhadas com queixas escolares - o que já acontecia de maneira regular nas clínicas psicológicas de todo o país.

Grupos como o GIQE e o Serviço de Orientação à Queixa Escolar do Instituto de Psicologia da USP produziram extenso material sobre práticas clínicas que não tratam questões escolares como questões médicas. Este primeiro Encontro, então, foi pensado para abrir a discussão sobre as novas possibilidades e limites que o contexto de crise aqui referido trouxe para esse tipo de trabalho.

O que os relatos nos trouxeram, entretanto, fugiu um pouco de nossas expectativas sobre a construção de parâmetros para esse trabalho clínico. Mesmo neste primeiro Encontro, a maior parte das falas e contribuições girou em torno de demandas e práticas institucionais: profissionais de escolas, de serviços de saúde ou da assistência social, coletivos de Psicologia, entre outros, falando das demandas e dificuldades de seus trabalhos. Poucos relatos trouxeram análises sobre a prática clínica acerca das queixas escolares. Isso em si nos foi revelador de que a crise coletiva demanda estratégias mais coletivas, e/ou de que os Encontros alcançaram mais profissionais de Psicologia inseridos nas políticas públicas de Educação do que de Saúde ou clínicos. Ou ainda de que, em função de todas as dificuldades de acesso e uso de recursos de informática por um grande número de estudantes, apresentadas anteriormente nesta Carta, o meio digital dificultou ou impossibilitou totalmente o trabalho clínico com muitas crianças e adolescentes com tais queixas.

Alguns dos relatos do âmbito da prática clínica nos dois Encontros nos lembraram o que já citamos aqui antes: nossos princípios não mudaram. A compreensão da origem das queixas, a promoção da autonomia de famílias e redes, as práticas não medicalizantes, os cuidados na emissão de laudos psicológicos, a necessidade de desindividualização das queixas e das problemáticas... Todos esses princípios teórico-práticos e éticos nos ajudaram a transitar no trabalho clínico pelo período de crise e pela necessidade de realizarmos os atendimentos de forma remota. Compreender o papel da crise na produção das queixas escolares e os novos motivos para encaminhamentos de crianças e adolescentes a clínicas psicológicas tem sido, também no contexto pandêmico, crucial para qualificarmos o entendimento da ciência psicológica sobre a origem destas

queixas e, conseqüentemente, para endereçá-las de maneira adequada, como já vínhamos fazendo antes da pandemia.

Segundo relatos de práticas que emergiram e discussões que aconteceram nesse Encontro, os atendimentos clínicos em Psicologia ainda engatinham no meio on-line. Será preciso muitos estudos para entendermos todas as suas possibilidades e limites, ainda mais considerando que a tecnologia está sempre mudando e avançando a passos largos no nosso mundo de hoje. Uma coisa parece certa: assim como o avanço da tecnologia, a presença da Psicologia nesse meio veio para ficar e os atendimentos on-line passarão a ser uma realidade dentro ou fora de contextos de crise como o da pandemia do coronavírus.

A História também nos ensinou que novas crises sempre acontecerão, cedo ou tarde. Por isso, é fundamental entendermos as dinâmicas do mundo on-line, o que deu certo e o que poderia ter sido melhor, aprendendo com o contexto da pandemia, para termos mais recursos em situações futuras nas quais, certamente, precisaremos deste apoio. Será preciso qualificarmos as discussões sobre o uso de comunicações assíncronas, de jogos e dinâmicas on-line para os atendimentos com crianças e adolescentes, de intervenções em grupos das mais diversas maneiras, sobre os limites aceitáveis para crianças realizarem atividades mediadas por telas, entre outras que afetam diretamente o nosso trabalho.

2.3. Atuações institucionais frente às queixas escolares na pandemia

Sobre a prática da atuação institucional da Psicologia Escolar e Educacional, podemos dizer que alguns aspectos do que já registramos se repetiram nos dois Encontros. As participantes destacaram dificuldades e demandas que atravessam as escolas, identificaram os atores que compõem a comunidade escolar e propuseram ações e parâmetros para a atuação da Psicologia. Alguns aspectos reconhecemos como historicamente dados, contudo há o recorte específico da pandemia, momento atual que produz efeitos e olhares atentos para realidade escolar.

Antes de apresentar as ações e parâmetros indicados para o trabalho da Psicologia junto às escolas e suas comunidades, consideramos importante dar destaque a algumas demandas, como forma de contextualizar as afirmações e propostas registradas sobre a atuação da Psicologia escolar institucional. O desafio mais recorrente nos relatos é o da exclusão, seja escolar, social ou digital, como processo que também pode estar relacionado às políticas de governo ou às práticas engessadas em seriações e aprovação.

Juntamente com a exclusão, estão relacionadas a opressão e a violência institucional, que podem contribuir para os processos de evasão e desistência do ensino, ou seja, mais exclusão... Com a pandemia, a sensação é de que o trabalho realizado antes se perdeu e que mudanças políticas se deram na Educação.

A agudização de problemas pré-existentes neste universo e o surgimento de outros em decorrência desta crise, fizeram com que a escola se percebesse mais incompleta e emergiu a necessidade de realizar um número maior de encaminhamentos. Esta instituição percebeu, de modo mais contundente, como não atende integralmente às necessidades de seus estudantes sozinha e que se não estiver integrada a seu território, não promoverá a inclusão de seus estudantes. A necessidade e a falta de um trabalho em rede ficaram mais evidentes na pandemia.

O serviço prestado pela Psicologia, em especial nessa situação de pandemia, é reconhecido como uma estratégia de cuidado e acolhimento à saúde mental dos estudantes e das profissionais da Educação. É importante destacarmos que a palavra acolhimento aparece recorrentemente nos relatos das participantes, que estabelecem uma relação direta entre ela e o trabalho da Psicologia nos espaços escolares, reconhecido muitas vezes como uma estratégia.

Preocupados com a evasão escolar, os participantes citaram que a Psicologia pode contribuir com a escuta aos diversos atores do universo escolar para compreender o que produziu a evasão escolar das crianças e adolescentes durante a pandemia. As psicólogas têm dado contribuições relevantes, nesta investigação, quanto ao modo de estabelecer o diálogo com as famílias, permitindo a superação de uma postura culpabilizante, inclusive na realização da busca ativa, procedimento que foi muito utilizado pelas escolas.

O contato entre psicólogas e escola durante esse momento de pandemia geralmente foi realizado de modo remoto, estratégia ainda muito utilizada mesmo com certa flexibilização no distanciamento social e com o retorno progressivo das aulas presenciais. Aconteceram e acontecem reuniões on-line nas quais as psicólogas podem participar de forma a observar a dinâmica entre os profissionais dessa instituição e desenvolver diversas intervenções e atividades.

No início da pandemia, foi muito importante a posição de muitas das profissionais da Psicologia como observadoras, para entender a transição da rotina escolar presencial para o modo remoto, pois a maneira adequada de fazê-la ainda não estava evidente. A Psicologia, assim como muitos outros saberes, ainda não havia vislumbrado procedimentos e parâmetros para o trabalho institucional na forma on-line. Num segundo

momento, começaram a surgir projetos, alguns já utilizados antes do momento de isolamento social e outros inéditos, dada a demanda deste momento inusitado. Dentre os projetos realizados podemos citar alguns: rodas de conversa com as professoras; reformulação de projetos presenciais para o modelo híbrido, principalmente os voltados para crianças; projeto “Meu Tom” com o objetivo de instrumentalizar professoras em unidades escolares nas quais não havia psicólogas para o acolhimento dos processos de sofrimento decorrentes do ensino remoto e grupo “Cuidar uns dos outros” realizado no início da pandemia entre os funcionários da escola.

Algo que nos chamou a atenção foi o aparecimento com destaque, nos relatos, de trabalhos de psicólogas junto a ou como participantes de equipes de gestão. No modelo remoto, as relações e o fluxo de comunicação foram alterados e, por isso, como anteriormente citado, havia a sensação de que todo o trabalho anterior havia se perdido. O contato com os gestores foi essencial para retomar os espaços de discussão e reflexão junto às professoras. Outro ponto importante foi o acolhimento a todos os funcionários, ação também desenvolvida em parceria com a gestão escolar.

Foram relatados trabalhos com todos os níveis de gestão, de unidades escolares a Secretarias de Educação municipais e estaduais. Psicólogas participaram da elaboração de diretrizes e orientações feitas por esses órgãos. Ou seja, houve uma ampliação da presença da Psicologia em espaços de poder e decisão em Educação de largo alcance, o que indica reconhecimento de nossa relevância. Neste sentido, vale observar que a ocupação desses espaços ocorreu, na maior parte dos relatos, por solicitação de gestores.

O trabalho da Psicologia nessa pandemia também foi reconhecido como importante para manter a escola viva para os estudantes, procurando retomar e/ou assegurar seu vínculo com essa instituição e com os colegas em um cenário de grande evasão. A participação da Psicologia nos processos escolares foi reconhecida como cada vez mais fundamental para a garantia das funções sociais da escola.

Para fortalecer a resistência aos processos individualizantes e patologizantes dos sofrimentos de ordem coletiva e institucional, tão intensificados na pandemia, as psicólogas discutiram que é importante procurar participar da construção e execução do projeto político pedagógico (PPP) das escolas. Foi consenso que essas profissionais devem estar sensíveis aos sofrimentos que são consequência do cenário pandêmico e buscar, como parte da equipe escolar, alternativas para sua transformação, tendo a escola como instituição privilegiada de escuta, acolhimento e atuação.

A possibilidade de comunicação assíncrona, surpreendentemente, agradou em parte aos estudantes. Segundo vários deles disseram às psicólogas, o fato de não precisarem expressar suas respostas ou ideias de imediato fez com que se sentissem respeitados em sua singularidade. Essa possibilidade também foi reconhecida como um espaço que propicia acolhimento: “acolhimento assíncrono”. O fato de haver diferentes formas de comunicação, síncrona e assíncrona, permitiu a participação de cada um no momento e da forma que lhe era mais favorável.

Explorar diversas maneiras de comunicação entre estudantes e escola mostrou-se um modo de ampliar o acesso ao ensino durante a pandemia. A Psicologia também pôde se apropriar desses formatos variados de comunicação para acessar e acolher estudantes e seus familiares.

Por conta da grande demanda emocional e social dos estudantes e da baixa presença de profissionais da Psicologia e do Serviço Social, a necessidade das escolas estabelecerem e manterem contato com a rede sócio-assistencial de seu território ficou mais evidente. Em princípio, a escola sentir a necessidade e se mobilizar para se integrar a essas redes é positivo, porém propiciou por vezes confusão de funções. Se a Educação contasse com as equipes multidisciplinares previstas na lei federal 13.935/19, com psicólogas e assistentes sociais, em número suficiente e trabalhando coletivamente ao lado e como parte das equipes escolares no espírito desta lei, se ampliariam as possibilidades de dar conta de questões que podem ser melhor lidadas no âmbito escolar, ao invés dos frequentes encaminhamentos.

Surgiram algumas mudanças bastante positivas em relação ao que se praticava antes. A comunidade local e as organizações do território começaram a ser vistas como rede de proteção social - e não apenas os espaços de atendimento ou serviços públicos. Por conta da sobrecarga de trabalho dos serviços de saúde devido ao grande número de doentes de Covid-19, além do elevado risco de contaminação nessas instituições, algumas escolas passaram a evitar encaminhamentos para esses espaços. A partir do momento em que começaram a perceber a necessidade de trabalhar com a comunidade (escola, território, rede intersetorial, espaços de lazer/cultura etc.), o termo “encaminhamento” começou a ser substituído por “parcerias”.

Os encaminhamentos foram revistos também porque, durante a pandemia, o número de estudantes que enfrentavam dificuldades aumentou muito e as redes não conseguiam atender tanto. Assim, alternativas precisaram ser criadas e, como efeito, várias escolas repensaram a individualização dos efeitos emocionais do processo de

escolarização na pandemia, reconhecendo que tais efeitos são coletivos e que a escola pode dar conta de muitos sofrimentos e dificuldades que antes encaminhava.

Quanto a parâmetros e práticas indicadas para o trabalho da Psicologia escolar no âmbito institucional, foram elencadas as seguintes:

- É preciso manter encontros periódicos de troca e espaços coletivos de discussão, virtual ou presencial;
- A formação de professoras pode contar com os saberes da mediação escolar, tema reconhecido como do campo da Psicologia, embora não de forma exclusiva;
- Produzir e ofertar materiais para as famílias com orientações sobre o luto e a rotina em tempos de pandemia;
- Grupos virtuais de acolhimento com crianças de 8 a 10 anos;
- Grupos virtuais para acolhimento de pais/responsáveis;
- Atuar nos processos formativos (iniciais e continuados), tanto em Psicologia como em Educação;
- Contemplar em sua atuação institucional o trabalho com os estudantes, assumindo esta relação como espaço possível de transformação;
- Estar à disposição dos demais profissionais, entendendo que o trabalho em equipe acontece a partir do compartilhamento de um mesmo objetivo;
- Buscar transformar as relações “cristalizadas” e potencializar as mudanças que ocorreram neste período de pandemia;
- Utilizar plataformas virtuais que viabilizam o uso de mural com jogos, na possibilidade de expressar sentimentos para serem compartilhados com os outros.

Por fim, com o fortalecimento da participação das profissionais da Psicologia nos processos escolares em função da pandemia, nossa atuação pôde ser pensada na perspectiva das políticas públicas. Como citado anteriormente, nos relatos dos Encontros, surgiu a necessidade e a potencialidade de atuar junto à gestão das políticas educacionais, junto às Secretarias de Educação e não somente com a gestão das unidades escolares. Emergiram relatos sobre isto ter acontecido em diversas localidades com sucesso; é preciso seguir ampliando tal espaço.

3. Propostas

O título dos Encontros e desta Carta, uma chamada para a construção de parâmetros, não foi escolhido ao acaso. Após meses de pandemia e quarentena, tínhamos

a sensação de que as pessoas estavam cansadas de aulas e palestras on-line, de caráter mais expositivo. Sentimos que as pessoas estavam ávidas por discussões, nas quais pudessem participar, falar e serem ouvidas. Além disso, o primeiro Encontro ocorreu logo antes do período designado pelos Conselhos de Psicologia para o envio de propostas, que iriam pautar as diretrizes da categoria nos próximos anos⁴.

Pensando nisso, a estrutura do primeiro Encontro foi minuciosamente elaborada justamente para a construção de parâmetros que depois poderíamos (e efetivamente pudemos) enviar aos Conselhos de Psicologia como parte do processo de construção coletiva das diretrizes de atuação do Sistema Conselhos da categoria (ver Anexo I). No segundo Encontro, sobre práticas institucionais, mantivemos a mesma estrutura, em função do sucesso em produzir discussões coletivas que tivemos no primeiro. Porém o prazo para o envio das propostas aos Conselhos já havia terminado, então esta função específica não pôde ser cumprida como no primeiro, o que não tirou a importância e a riqueza desse segundo momento.

A partir desse modelo de discussões, várias propostas surgiram nos dois Encontros, para a categoria e para a Educação de maneira geral, as quais pudemos sintetizar e trazer para este documento.

3.1. Propostas para a categoria e para o Sistema Conselhos

Seguindo a ideia de que problemas coletivos exigem soluções coletivas, como já foi muito explorado aqui, muitas das falas nos Encontros sobre as estratégias de enfrentamento à pandemia trouxeram a necessidade de trocas entre os pares. Poucos foram os espaços para que psicólogas pudessem trocar com outras psicólogas de maneira horizontal, discutindo práticas que deram certo, dificuldades, demandas etc. Até por isso, entendemos que o modelo de discussões destes Encontros do GIQE foi tão frutífero. As trocas entre pares são importantíssimas para crescermos juntos e não nos sentirmos isolados ou solitários em nossas práticas profissionais - uma queixa frequente entre profissionais da Psicologia, principalmente no contexto clínico.

⁴ “As diretrizes de atuação do Sistema Conselhos de Psicologia são definidas, a cada três anos, no Congresso Nacional da Psicologia (CNP), instância máxima e deliberativa sobre as questões prioritárias para as próximas gestões dos Conselhos Regionais (CRP) e do Conselho Federal (CFP). O CNP ocorre por meio de um amplo processo democrático, com a participação das psicólogas no delineamento de diretrizes para a profissão. É construído por meio de etapas realizadas, no âmbito dos Conselhos Regionais, a partir dos Eventos Preparatórios (1ª etapa), Pré-congressos (pré-COREPs; 2ª etapa) e Congresso Regional da Psicologia (COREP; 3ª etapa), culminando no Congresso Nacional da Psicologia (CNP).” (<http://www.crp.org.br/cnp/>).

Assim, uma das propostas para a categoria que pudemos identificar nos relatos das/os participantes foi a construção de espaços institucionais de trocas. Os Conselhos de Psicologia poderiam utilizar as novas tecnologias e facilidades de comunicação para criar espaços que conectassem psicólogas dos mais diferentes contextos em discussões sobre práticas e atuações. Essa seria uma ferramenta excelente em qualquer situação, mas parece imprescindível em um momento de crise como foi a pandemia, quando as pessoas muitas vezes tiveram que inventar modos de agir novos e por conta própria. Espaços assim até surgiram em iniciativas privadas, nas redes sociais, por exemplo, mas poderia ser uma prática institucional muito mais disseminada.

Outra demanda recorrente nos relatos das profissionais nos Encontros foi a referente às condições materiais e/ou políticas para a realização de seus trabalhos durante a pandemia, principalmente aqueles ligados a políticas públicas. Professoras sem equipamentos ou recursos adequados para as aulas, psicólogas sem respaldo institucional para o desenvolvimento de intervenções, famílias sem segurança alimentar, enfim, muitas questões políticas que vão da Educação à saúde e à assistência social e acabam por prejudicar o trabalho de psicólogas e outros profissionais, que poderiam melhor mitigar os graves efeitos da crise. Esses relatos apontam para uma necessidade de que a categoria participe cada vez mais ativamente de espaços de decisão governamentais e não governamentais, como já acontece, porém seria importante que os Conselhos criassem mecanismos para facilitar e mobilizar mais pessoas a reivindicar a defesa de políticas públicas já existentes e a criação ou implementação de outras novas.

Neste sentido, fomentar a participação de psicólogas em conselhos deliberativos pode contribuir para que tenhamos representatividade em momentos de crise como essa pandemia. Um exemplo disso é a mobilização em torno da implementação adequada da lei federal 13.935/19, que foi citada nos Encontros como uma importante conquista da categoria, mas que, como sabemos, não será efetivada se não houver o envolvimento das pessoas interessadas.

Por fim, algumas propostas surgiram sobre aspectos da formação em Psicologia. Como vimos, o trabalho clínico foi muito prejudicado pela necessidade de atuação remota. Isso também se deve ao fato de que muitas profissionais não se sentiam preparados para realizar atendimentos on-line com a mesma qualidade da modalidade presencial, guardadas as devidas diferenças. Será preciso pensar na forma como a tecnologia está avançando e que lugar está ocupando em nossa sociedade hoje, para que a Psicologia possa acompanhar essas transformações de maneira adequada, incorporando

esses avanços tecnológicos nas nossas práticas. Por isso, é importante que os Conselhos de Psicologia e as pessoas que pensam a formação de psicólogas/os levem essas questões em consideração nos espaços formativos - graduações e pós-graduações - e busquem capacitar as psicólogas para atuação no mundo digital, lembrando que uma crise como a pandemia do coronavírus pode até chegar ao fim, mas muitas das mudanças que trouxe possivelmente irão permanecer. Seguindo esse entendimento, será fundamental a inclusão da Psicologia de Emergências e Desastres, uma área pouco conhecida e com muito a oferecer, nos currículos universitários, para que tenhamos profissionais ainda mais preparados para lidar com essas e outras situações de crise que poderão ocorrer.

3.2. Propostas para a Educação

Uma série de relatos também trouxe preocupações sobre os novos desafios que a Educação como política pública enfrentou e irá enfrentar nos próximos tempos. Desde a forma como as aulas tiveram que ser substituídas pela forma on-line, o aumento dos índices de evasão escolar, os reflexos na convivência familiar, até a insegurança da população no retorno às aulas, todas essas questões trazem preocupações sobre como podemos repensar a Educação a partir do que vivemos durante a pandemia.

Sentimos que a principal mensagem das discussões foi, novamente, de que nossos princípios não mudaram. As ferramentas que nos ajudaram a atravessar a crise foram as mesmas que nos guiavam antes dela e, agora mais do que nunca, vemos que são aquelas que irão nos guiar em direção à Educação que queremos: uma Educação crítica, plural, que cumpra suas funções sociais, feita por e para os territórios e comunidades às quais pertencem. Essa é a Educação pela qual sempre lutamos no GIQE e no seio de nossa categoria profissional. Por isso, entendemos a partir dos relatos que as principais demandas que já tínhamos antes da pandemia para a Educação continuarão pertinentes.

Um ponto importante que surgiu nos Encontros, a respeito dessas demandas que já existiam, foi a discussão sobre a necessidade do uso mais frequente de espaços abertos para as aulas. Mesmo antes da pandemia, as nossas crianças e adolescentes já passavam grande parte de seus dias entre quatro paredes, fechadas em suas casas usando computadores, celulares e videogames em atividades frequentemente solitárias. As escolas proporcionavam poucas atividades fora das salas de aula, aprofundando o confinamento da vida cotidiana de estudantes e também de professoras e essa postura vinha sendo cada vez mais questionada por grupos como o GIQE. A pandemia intensificou essa questão, como a tantas outras.

Por entendermos que a disseminação do vírus é principalmente aérea, podemos dizer que atividades escolares ao ar livre podem ser um recurso muito superior ao distanciamento no interior de salas de aula, para prevenir contaminações durante todo o período de pandemia, oferecendo segurança sanitária para estudantes e equipes. Além disso, pode proporcionar ótimas experiências pedagógicas e de Educação para o desenvolvimento integral. Essas e outras práticas podem nos ajudar a repensar boas práticas educativas e a lidar com novos momentos de crise que poderão ocorrer.

Por outro lado, faz-se cada vez mais premente entender como podemos integrar a tecnologia de maneira saudável em nossas escolas, para evitar que novas situações como a pandemia do coronavírus demandem uma reformulação completa da maneira como são oferecidas aulas a nossos estudantes. Segundo os relatos surgidos nos Encontros, as equipes escolares não estavam preparadas para transpor as aulas presenciais para o modo on-line, o que trouxe muitas dificuldades. Oferecer o preparo técnico, entender como o planejamento e a execução das atividades podem ser otimizados pelas ferramentas tecnológicas, compreender seus limites e conhecer possibilidades de transpor seus obstáculos, pode ser crucial para integrarmos à Educação atual as novas tecnologias que têm surgido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que os Encontros revelaram?

Ao preparar os Encontros, planejamos a produção e divulgação de uma Carta que registrasse suas principais construções, como fizemos no evento anterior do GIQE, o IV Encontro Interinstitucional de Atendimento Psicológico a Queixas Escolares. Esta tem seis páginas, um número muitíssimo menor, como se vê, do que o presente escrito. Teremos diminuído nossa capacidade de síntese?

O período pandêmico nos impeliu a enfrentar o inusitado, o surpreendente; foi um mergulho no desconhecido. Utilizamos fundamentos teóricos e técnicos da Psicologia como ciência e profissão e, ao fazê-lo, evidenciou-se o que têm de mais potente (e há muita potência) para esse enfrentamento, assim como equívocos e limites. Nossas capacidades de análise, reflexão e criatividade foram convocadas e desenvolveram-se. É possível que esta situação, aliada à impossibilidade de fazer um recuo histórico com relação ao contexto pandêmico, que continua presente, sejam fortes determinantes do fato

desta Carta ser tão extensa.

Sofrimentos multiplicados, múltiplos e intensos mostraram a importância do cuidado com emoções e relações no cotidiano escolar como função essencial de uma Educação que se pretende integral. A demanda às psicólogas aumentou exponencialmente e houve diversos depoimentos de ampliação de seu espaço em instâncias de poder e gestão em Secretarias de Educação. A importância e potência dos trabalhos em rede e dos que fazem uso de campos diversos de saber emergiu com força. Portanto, ficou mais evidente a importância da implementação da lei federal 13.935/19, que prevê equipes multidisciplinares nas redes de ensino básico, com (no mínimo) psicólogas e assistentes sociais.

Os Encontros reuniram cerca de duzentas participantes engajadas e atentas, ávidas de espaços de discussão, busca e construção coletiva de referências, mostrando o acerto de promovermos este evento. Entendemos que se revelou, no interesse despertado por ele e na intensidade das trocas e reflexões que aconteceram, um efeito do aumento de demanda em circunstâncias inéditas.

Reflexões sobre o futuro

No momento em que finalizamos esta Carta (fevereiro de 2022), a pandemia depois de parecer ter vencido seu pior momento, recrudescer dramaticamente e seguimos em contexto pandêmico, embora muitos ajam como se isto não estivesse acontecendo. Felizmente, mais de 70% da população brasileira está com o ciclo vacinal completo, mitigando de forma importante a ocorrência de casos graves e mortes.

Assim, as circunstâncias produtoras das necessidades das psicólogas que lidam com queixas escolares reveladas nos Encontros tendem a seguir existindo. Por isso insistimos na indicação, aos nossos órgãos de classe e a outras instituições comprometidas com a Psicologia na interface com a Educação, que ofereçam (ou sigam oferecendo) momentos coletivos similares. Mesmo que as circunstâncias pandêmicas cessem, as marcas e as consequências deste flagelo serão certamente desafiadoras e os espaços de encontro e discussão seguirão importantes.

As aulas do ensino básico e os atendimentos psicológicos presenciais retornaram, ainda com indicação de cuidados preventivos, como o uso de máscara e o distanciamento de um metro e meio entre as pessoas. Neste momento, perguntamo-nos sobre quais serão os desdobramentos da enorme expansão dos dispositivos de acesso à internet e tecnologias de informação na vida da maioria da população, aliada à exclusão digital de

uma parcela importante desta, constituída primordialmente das camadas mais empobrecidas, aprofundando os abismos sociais pré-pandêmicos.

Possibilidades preciosas dos dispositivos virtuais revelaram-se nesse período e circula a fala de que a substituição integral ou parcial de diferentes atividades que antes eram presenciais por outras na modalidade on-line veio para ficar. Como vamos nos posicionar com relação a essa tendência? É evidente que se trata de um território em disputa e que precisamos estar nele, qualificando os que nele atuam e trazendo reflexões críticas.

O universo da internet é dominado por empresas gigantescas de poderio descomunal. Os volumes de dinheiro envolvidos em seus negócios fazem com que seus expoentes ocupem os primeiros lugares nos *rankings* de multibilionários mundiais. Corporações capitalistas que são, o lucro é seu primeiro e maior compromisso; seres humanos são, antes de tudo, encarados como fontes de renda. Assim, mecanismos de complexidade inédita providos pelo avanço tecnológico são utilizados para nos aprisionar, viciar, dominar, manipular.

A vida “dentro” das telas e telinhas, se o controle de número de horas se perde (fenômeno cada vez mais comum), separa-nos mais ainda no universo real, portanto de nossa natureza primeva, nosso fundamento. Os consequentes adoecimentos de diversos tipos já eram um problema antes da prolongada quarentena que fez dessa separação quase que um meio de sobrevivência.

Neste cenário, precisamos nos perguntar, a cada procedimento on-line que fizermos ou propusermos, o quanto há de abertura de portais de acesso a universos de conhecimento, desenvolvimento e autonomia e/ou de empurrão para abismos de profundidade desconhecida.

À exclusão digital, somaram-se e potencializaram-se mutuamente, na pandemia, outras exclusões sociais, impulsionadas por um governo com a marca da necropolítica e da intolerância elitistas. O desemprego, a fome, a condição de rua se ampliaram. Os preconceitos acompanhados de violência étnica, religiosa, de gênero e outras, se aprofundaram. Não são temas novos, mas suas dimensões e significados nesse contexto específico sim, o que trouxe desafios à nossa atuação frente às queixas escolares, assim como o luto e outros sofrimentos emergentes.

Os Encontros revelaram, no entanto, o compromisso, a força criativa e a base instrumental teórico-prática potente da Psicologia no encontro com a Educação, no enfrentamento desta situação tão exigente. Seguimos!

ANEXO

11º CNP “O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais”

Propostas do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar – GIQE

a partir do 1º Encontro (19 de junho de 2021) do Evento Atuação das/os psicólogas/os frente às queixas escolares em tempos de pandemia: vamos construir parâmetros?

Eixo 1. Organização Democrática e Participativa do Sistema Conselhos no Enfrentamento da Pandemia

- **Caráter nacional e regional**

Apoiar movimentos de trabalhadores da Educação e de estudantes que reivindicam condições e organização do trabalho necessárias para o ensino-aprendizagem em tempos de pandemia, como movimentos que pleiteiam de forma justa o fornecimento de meios digitais físicos e o conhecimento sobre como usá-los.

Palavras-chave: Condições de Trabalho; Educação; Pandemia

Eixo 3. O fazer ético e científico da Psicologia no trabalho em saúde mental.

- **Caráter nacional e regional**

Promover debates e espaços de troca de experiências de psicólogas/os sobre atendimentos remotos, nos quais se pense criticamente as potencialidades e riscos desta modalidade de atendimento que se expandiu na pandemia, buscando produzir inclusive critérios de utilização ou não quando a opção presencial for possível e orientações técnicas e éticas que tenham, por horizonte, as relações humanas que queremos.

Palavras-chave: Atendimento on-line; Psicologia Escolar/Educacional; Temas emergentes da Psicologia

Caráter nacional e regional

Seguir problematizando e desmistificando as práticas e a identificação da psicóloga como profissional medicalizante, em especial no contexto de pandemia, em que sofrimentos e dificuldades decorrentes de suas consequências têm sido atribuídas a doenças e transtornos psíquicos dos indivíduos, como o que tem ocorrido com queixas escolares.

Palavras-chave: Atuação profissional; Comunicação; Psicologia Escolar/Educacional

- **Caráter nacional e regional**

Promover, juntamente com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia –ABEP, o debate acerca da necessidade de ampliação do espaço da Psicologia de Emergências e Desastres na formação em Psicologia, tendo em vista as demandas à ciência e à profissão que têm emergido fortemente na pandemia e perdurarão após seu término, além de antecederem este período, como foram os casos do massacre de Suzano, Brumadinho e outros.

Palavras-chave: Formação; Pandemia; Urgência e Emergência